



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 553/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1811/2011.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano - FMDU.

4- Exercício: 2010.

5- Responsáveis: Sr. Manoel Henrique Ribeiro, Diretor-Presidente e Ordenador de Despesas à época.

6- Unidade Técnica: DICA/MA – Informação nº. 16/2015 (fl.200).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 374/2015-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fl. 201).

8- Relator: Conselheiro Raimundo José Michiles.

EMENTA: Prestação de Contas. Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano - FMDU. Exercício 2010.

Contas Regulares com Ressalvas. Multa. Prazo. Após recolhimento da multa Quitação ao responsável. Determinação à SEPLENO.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exma. Sra. Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar regular, com ressalvas, nos termos do art. 18, Inciso II, da LC 06/1991, art. 1º, inc. II, e art. 22, II, da Lei n. 2423/1996 c/c art.188, §1º, inc. II, da Resolução TC n. 4/2002, a Prestação de Contas, referente ao exercício de 2010, do FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FMDU, de responsabilidade do Senhor **Manoel Henrique Ribeiro**, Diretor-Presidente e Ordenador de Despesas, à época;

9.2- Nos termos do art. 1º, XXVI, da Lei 2.423 de 10.12., **aplicar** ao Senhor **Manoel Henrique Ribeiro**, ex-Diretor-Presidente do IMPLURB e Ordenador de Despesas, a multa de **R\$ 806,67** (oitocentos e seis reais e sessenta e sete centavos) **por cada mês de atraso**, perfazendo **R\$ 8.066,70** (oito mil, sessenta e seis reais e setenta centavos), pelo atraso na remessa ao Tribunal de Contas, da movimentação contábil do IMPLURB nos meses de Janeiro/2011 (293 dias), Fevereiro/2011 (264 dias), Março/2011 (232 dias), Abril/2011 (203 dias), Maio/2011 (172 dias), Junho/2011 (141 dias), Julho/2011 (111 dias) Agosto/2011 (78 dias), Setembro/2011 (50 dias) e Dezembro/2011 (36 dias), contrariando o estabelecido no art. 20, inciso I, da Lei Complementar n. 6/1991 c/c o previsto no caput do art. 4º da Res. 29/2009 – TCE;

9.3- Fixar o prazo de **30 (trinta) dias** (artigo 174 do R.I.) para que o Senhor **Manoel Henrique Ribeiro**, ex-Diretor-Presidente do IMPLURB e Ordenador de Despesas, recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor da multa ora aplicada, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (art. 55, da Lei n. 2423/1996), ficando a DICREX



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 553/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

autorizada, desde logo, a adotar as medidas previstas nas Subseções III e IV da Secção III, do Capítulo X, da Resolução TC n. 4/2002;

9.4- Após o recolhimento da multa, **dar quitação** ao Senhor **Manoel Henrique Ribeiro**, nos termos dos arts. 24 da Lei n. 2423, de 10.12.1996, c/c art. 189, II, da Resolução n. 4, de 23.5.2002;

9.5- Determinar a Secretaria do Tribunal Pleno que:

9.5.1- Remeta à atual administração do IMPLURB, cópias do Relatório Conclusivo e Parecer Ministerial acima citados para que deles tome conhecimento e evite repeti-las em prestações de contas futuras;

9.5.2- Após a ocorrência da coisa julgada administrativa, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002 (RITCE), **adote** as providências do artigo 162, § 1º, do Regimento Interno,

10- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 05 de Agosto de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente em sessão), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Erico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

12.1- Declaração de Impedimento: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho (art. 65 do Regimento Interno).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente, em sessão

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral